

POBREZA, DESIGUALDADES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Maria D'Alva Macedo Ferreira¹
Maria do Rosário de Fátima e Silva²
Antônia Jesuíta de Lima³
Berenice Rojas Couto⁴
Juana Eugênia Arias Rojas⁵

RESUMO

Pobreza, desigualdades sociais e políticas públicas é uma mesa coordenada proposta pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, que reúne reflexões de cinco pesquisadores da área de Serviço Social. As reflexões apontadas por esses pesquisadores procuram compreender a pobreza a partir das suas multifaces, que expressam, em síntese, as profundas desigualdades e antagonismos das sociedades brasileira e latino-americana. As pesquisas também destacam a necessidade de respostas efetivas e substanciais por parte do Estado comprometidas com os direitos e a cidadania dessas populações.

Palavras-chaves: Pobreza, cidadania, políticas públicas.

ABSTRACT

Poverty, social inequalities and public policies is a thematic table coordinated and proposed by the Public Policies Post-Graduation Program of Federal University of Piauí that gather together the reflections of five researchers of Social Work area. The studies pointed by this researchers had explored the poverty comprehension through its multifaces which express, in synthesis, the deep inequalities and antagonisms of Brazilian and Latin-American societies. The surveys also indicates the need for effective and substantial answers, compromised with this population rights and citizenship, from the State.

Keywords: poverty, citizenship, public policies

1 INTRODUÇÃO

A mesa coordenada Pobreza, desigualdades sociais e políticas públicas, proposta pelo Programa de Pós - Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí constituirá um espaço de socialização de estudos e pesquisas produzidos por um elenco de cinco pesquisadores docentes da área de Serviço Social, atuantes em

¹ Doutorado em serviço Social - Professora do Departamento de Serviço Social e Mestrado em Políticas públicas da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

² Doutorado em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social – UFPI

³ Doutorado em Ciências Sociais. Professora do Departamento de Serviço Social – UFPI

⁴ Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço social – PUC/RS. Professora do Departamento de Serviço Social – PUC/RS

⁵ Doutora em Serviço Social-Instituto de Ciências Sociales – UCM – Chile. Professora da Universidad católica de Maule – Chile. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociales y Políticas públicas da Universidad Católica de Maule – Chile - UCM

Universidades brasileiras e latino-americanas cujos estudos têm explorado a compreensão da pobreza a partir das suas multifaces que expressam em síntese, as profundas desigualdades sociais e os antagonismos presentes nesta realidade. Os estudos analisarão também o conjunto de respostas institucionais identificadas no campo da ação do Estado materializado em políticas públicas de alcance social que têm estabelecido metas de enfrentamento da pobreza na perspectiva da universalização de direitos e garantia da condição de cidadania a parcelas populacionais, historicamente excluídas no Brasil e na América Latina.

Integrarão a mesa coordenada os estudos da professora Dra. Juana Eugênia Arias Rojas, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociales y Políticas Públicas da Universidad Católica Del Maule do Chile, cujo eixo central de discussão percorre o campo das políticas públicas implementadas na realidade Chilena refletindo sobre os processos políticos institucionais envolvidos na sua formulação, execução e avaliação de sua repercussão social frente a situação de pobreza dos povos nesta realidade.

Nesta mesma perspectiva os estudos da Profa. Dra. Berenice Couto Rojas, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, tematiza a concretização dos direitos sociais mediados pelo reconhecimento da Assistência Social como Política Pública, garantida constitucionalmente no eixo da seguridade social.

Ao apresentar as discussões sobre desigualdade sociais, segregação sócio-espacial e pobreza urbana a Profa. Dra. Antônia Jesuíta de Lima docente do Programam de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí reforça análise do eixo temático proposto pela mesa quando afirma que o processo de desigualdade social e segregação socioespacial é uma realidade crescente que caracteriza a pobreza urbana na maioria das cidades brasileiras, demarcando diferenças econômicas e sociais que negam a materialização dos direitos sociais já garantidos.

São incluídos também os estudos das Profas. Doutoras Maria D'Alva Macedo Ferreira e Maria do Rosário de Fátima Silva, docentes do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI, acerca da Política de Transferência de Renda do Governo Brasileiro focalizando o processo de implementação do Programa bolsa Família eleito como prioridade governamental no combate a pobreza no Brasil nos últimos cinco anos. Os estudos das referidas professoras fazem parte de uma pesquisa mais ampla sobre o processo de acompanhamento e avaliação da Política de Transferência de Renda no Brasil, financiado pelo CNPQ e coordenado pela Professora doutora Maria Ozanira da Silva e Silva, do Programa de Pós - Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.

2 POBREZA, DESIGUALDADES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA E LATINO- AMERICANA

A mesa coordenada concentrará o debate na multidimensionalidade da pobreza explorando as diferentes concepções e expressões que o tema requer considerando as especificidades que a sociedade brasileira e latino-americana apresentam. Mesmo compreendendo que a situação de pobreza na realidade foco de estudo engloba o tecido social tanto urbano quanto rural, as reflexões privilegiarão o panorama urbano sobre o qual se assentam as reflexões das pesquisadoras as quais procurarão problematizar as relações que se processam entre os entes institucionais e a população num esforço de enfrentamento da pobreza presente nessas realidades.

A esse respeito se faz necessário uma breve incursão sobre o processo de urbanização na realidade brasileira para poder compreender as relações que se processam nesse campo e que ao longo da história, como assim menciona a Profa. Dra. Antônia Jesuíta, foi marcado por grandes contradições sociais trazendo como marca a pobreza as desigualdades sociais e a segregação socioespacial, “sendo esta última uma das faces mais visíveis da exclusão urbanística” (MARICATO, 2001).

Para Antônia Jesuíta a exclusão territorial mais do que a imagem da desigualdade é a condenação da cidade como um todo a um “urbanismo de risco”, com efeito, ao crescimento das favelas, às conseqüências socioambientais, entre as quais a violência urbana. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos somam-se menores oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menores oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação de gênero e idade, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer.

O aumento das desigualdades sociais e da pobreza urbana, e a emergência de um novo padrão de segregação socioespacial, expresso em novos fenômenos sociais, como a violência urbana, os lugares autosegregados sob a forma de enclaves fortificados (CALDEIRA, 1997) e o isolamento social cada vez maior dos segmentos pobres, têm suscitado grandes preocupações na sociedade e, no âmbito acadêmico em particular, sobre o significado e o impacto desses fenômenos sociais na estrutura social e urbana, na sociabilidade e na coesão social, isso sem mencionar o papel dos distintos atores sociais urbanos nesse processo, tanto no sentido de agudizá-los, quanto no de enfrentá-los, situando o **Estado e as políticas públicas** no centro do debate.

Para esta discussão Antônia Jesuíta apresenta alguns questionamentos que motivarão um debate mais aprofundando sobre a relação Estado x sociedade no

enfrentamento das desigualdades postas no espaço urbano e em outras realidades territoriais. Como se poderia reverter essa lógica da ação do Estado? Como o poder público deveria intervir de forma a reduzir as desigualdades urbanas e a segregação socioespacial? Uma resposta consensual entre os estudiosos do tema seria através da adoção de políticas redistributivas, de integração social e de combate à pobreza urbana.

Entretanto a realidade da política social nos países latino-americanos tem assumido um caráter mais compensatório frente aos processos de exclusão social do que distributivo, sendo apresentados nesta ótica programas de transferência de renda com vistas ao enfrentamento da pobreza. A Transferência de Renda é definida como uma transferência monetária a indivíduos ou a famílias que estão fora do alcance da redistribuição da renda como direito e como cidadania.

No Brasil a idéia central dos programas de Transferência de Renda é proceder a uma articulação entre a transferência monetária e políticas educacionais, de saúde e de trabalho direcionadas para crianças, jovens e adultos de famílias pobres. (SILVA E SILVA, 2006).

As pesquisas aqui apresentadas expõem a realidade da sociedade brasileira e latino-americana e os modos como as ações na área de política social se organizam para atuar frente a problemática da pobreza. A alternativa da transferência de renda no Brasil passa a compor a agenda pública governamental a partir de 1991, quando foi apresentado e aprovado no Senado Federal o Projeto de Lei do Senador do Partido dos Trabalhadores Eduardo Suplicy. Este projeto visa a criação de um Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM, com o objetivo de beneficiar todos os brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos de idade com uma renda que correspondesse aproximadamente 2 salários mínimos em valores de 2005.

O debate sobre a transferência de renda não é recente. Data desde os anos 30, mas é somente nos anos 90 que assume discussão mais ampliada, passando a incorporar novos elementos, como a idéia de articulação da garantia de uma renda mínima familiar com o acesso das famílias beneficiárias à rede de serviços sociais básicos na área de educação, saúde e geração de emprego e renda.

Além dessas iniciativas, outras foram implantadas em vários municípios e estados brasileiros, mas datam apenas de 1996 as primeiras experiências de iniciativas do Governo Federal, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Benefício de Prestação Continuada destinado aos idosos e pessoas com deficiências, este último normatizado pela Lei Orgânica da Assistência Social promulgada em 1993.

Um outro momento histórico que se registra na trajetória da construção da Política de Transferência de Renda diz respeito às ações do Governo Fernando Henrique Cardoso no período de 1999-2002, correspondendo ao seu segundo mandato, quando criou

em âmbito federal os programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação proporcionando a organização de uma rede de proteção social nos estados e municípios, direcionada aos segmentos sociais mais vulneráveis.

As ações na área da transferência de renda assumiram centralidade no Governo Lula, tendo o mesmo definido como meta prioritária de seu primeiro mandato, as ações de enfrentamento da pobreza com a criação do Programa Fome Zero, focalizando municípios em situação de extrema pobreza. Este programa buscava articular medidas de caráter emergencial com ações estruturantes que pudessem a longo prazo garantir a autonomização das famílias.

Com o objetivo de unificar os diferentes programas de transferência de renda desenvolvidos desde o Governo Fernando Henrique Cardoso, a exemplo do Programa Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás, Cartão Alimentação e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, O Governo LULA criou no ano de 2003 o Programa Bolsa Família. Este programa visa:

Combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado a garantia do acesso aos direitos sociais básico: saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; além de promover a inclusão social contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram.(MDS, 2006).

O Programa Bolsa Família vem sendo implantado em todos os estados e municípios brasileiros fundamentando-se no princípio da gestão participativa e compartilhada entre Estado e sociedade civil através dos comitês gestores e que vem demandando a realização de estudos e pesquisas sobre o seu processo de unificação e implementação com o objetivo de dimensionar a sua repercussão social. Nesse sentido já tem sido constatada uma vasta produção científica na Pós-Graduação, cujos estudos apontam para alguns resultados, principalmente no que tange aos processos organizativos do programa e sua articulação com as demais políticas setoriais.

3 CONCLUSÃO

Os estudos apresentados nesta mesa expressam as preocupações e reflexões produzidas no âmbito acadêmico sobre a realidade de pobreza dos países latinos americanos a partir de diferentes olhares que buscam apreender a sua especificidade, identificando as formas de enfrentamento implementadas pelo Estado e mediadas pela agenda governamental em cada território. As pesquisas em foco exploram ângulos diferentes de análise da problemática da pobreza contribuindo para o redirecionamento das

políticas públicas construídas e desenvolvidas no âmbito da sociedade, sem contudo esgotar o debate de idéias acerca desta temática.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, M. D'Alva Macedo, SILVA, Maria do Rosário de F. e. **Avaliação da implementação do processo de unificação dos programas de Transferência de renda; O programa Bolsa Família no Estado do Piauí.** Relatório do grupo focal. Teresina, 2007.

_____. **Avaliação da implementação do processo de unificação dos programas de Transferência de renda; O programa Bolsa Família no Estado do Piauí.** Caracterização do Programa Bolsa Família no Estado do Piauí. Teresina, 2007.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **Desigualdades sociais, segregação socioespacial e pobreza urbana. Texto mimeografado,** Teresina, 2007.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. **Projeto de Acompanhamento e Avaliação da Política de Transferência de Renda no Brasil.** Projeto de Pesquisa financiado pelo CNPq. 2005.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Pobreza, trabalho e cidadania. In: **Serviço Social e Contemporaneidade**, Revista do Departamento de Serviço Social. Vol.2 nº 3, Teresina: EDUFPI, 2005, p. 31-49.